

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

FECAP

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO

PROGRAMA MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

EDSON DE OLIVEIRA SIQUEIRA

**DESAFIOS DA PEDAGOGIA VIGENTE NA PROMOÇÃO DA
INCLUSÃO NO ENSINO COLEGIAL TÉCNICO: UMA
PROPOSTA DE PROGRAMA DE AULA**

São Paulo

2024

EDSON DE OLIVEIRA SIQUEIRA

**DESAFIOS DA PEDAGOGIA VIGENTE NA PROMOÇÃO DA
INCLUSÃO NO ENSINO COLEGIAL TÉCNICO: UMA
PROPOSTA DE PROGRAMA DE AULA**

Artigo apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração do Centro Universitário Álvares Penteado, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Co Orientador: Prof. Dr. Jésus de Lisboa Gomes
Co Orientador: Prof. Dr. Augusto Dutra Galery

São Paulo

2024

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO

Prof. Dr. Edison Simoni da Silva
Reitor

Prof. Dr. Ronaldo Fróes de Carvalho
Pró-reitor de Graduação

Prof. Dr. Alexandre Sanches Garcia
Pró-reitor de Pós-Graduação

FICHA CATALOGRÁFICA

S618d	<p>Siqueira, Edson de Oliveira</p> <p>Desafios da pedagogia vigente na promoção da inclusão no ensino colegial técnico: uma proposta de programa de aula / Edson de Oliveira Siqueira. - - São Paulo, 2024.</p> <p>48 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Jésus de Lisboa Gomes</p> <p>Artigo (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP – Centro Universitário Álvares Penteado – Programa de Mestrado Profissional em Administração.</p> <p>1. Ensino médio – Integração social - Brasil. 2. Educação inclusiva. 3. Diversidade na educação. 4. Sistemas de ensino – Brasil.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 371</p>
-------	---

EDSON DE OLIVEIRA SIQUEIRA

**DESAFIOS DA PEDAGOGIA VIGENTE NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO NO
ENSINO COLEGIAL TÉCNICO: UMA PROPOSTA DE PROGRAMA DE AULA**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Álvares Penteado, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

COMISSÃO JULGADORA:

Profa. Dra. Gisele Mascarelli Salgado
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC

Profa. Ma. Karolyne Ferreira
Instituto Rodrigo Mendes

Prof. Dr. Augusto Dutra Galery
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
Professor Co-Orientador

Prof. Dr. Jésus de Lisboa Gomes
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 22 de março de 2024.

Dedicatória

Dedico esta dissertação às pessoas que moldaram e enriqueceram minha jornada:

Aos meus amados pais, Antônio e Joana, cujo amor, carinho e valiosos ensinamentos permearam cada fase da minha vida.

Ao meu querido avô, Manoel Paulo, cuja presença constante na minha trajetória acadêmica remonta aos primeiros anos do ensino fundamental. Ele não só me acompanhou até a FECAP, mas também se encarregou da minha inscrição no Vestibular, permanecendo ao meu lado em todos os momentos. Sua alegria foi genuína ao celebrar meu ingresso nesta instituição.

Ao meu irmão, Emerson, cujo apoio foi inabalável nos momentos mais desafiadores que enfrentamos juntos.

E, acima de tudo, dedico esta dissertação à minha querida esposa, Cícera, e aos meus filhos, Vinicius e Guilherme, que constituem a minha base sólida e toda a minha riqueza.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me guiar até este ponto com saúde, discernimento, dedicação e um amor profundo pela vida acadêmica.

Quero expressar minha profunda gratidão ao Professor Dr. Edison Simoni da Silva, ao Professor Dr. Taiguara Langrafe, a Sra. Giseli de Moraes Dias e Sr. Anderson Carlos da Silva, onde com poio inabalável e generosidade foram fundamentais para o êxito da minha jornada acadêmica.

Ao Professor Dr. Jésus de Lisboa Gomes, reconheço sua influência marcante não apenas durante minhas aulas de mestrado, mas também no período onde tive a honra de ser seu monitor. Sua aceitação em orientar meu mestrado foi um privilégio, e sou grato pela oportunidade de aprender tanto dentro quanto fora da sala de aula.

Minha gratidão se estende ao Professor Dr. Augusto Dutra Galery, cujo compartilhamento de pesquisas alinhadas com meus interesses proporcionou uma perspectiva acadêmica mais ampla do que eu poderia ter imaginado.

Ao Professor Dr. Leonardo Fabris Lugoboni, expresse meu apreço pelo estímulo que me deu para iniciar o mestrado. Sua orientação durante a disciplina de Metodologia e constante apoio com conselhos e conhecimentos acadêmicos foram inestimáveis para mim.

Sou imensamente grato à Professora Dra Gisele Mascarelli Salgado e a Professora Ma. Karolyne Ferreira por vossa generosidade em compartilhar dicas tão valiosas que foram fundamentais para o sucesso da minha dissertação. Sua contribuição não apenas enriqueceu minha pesquisa, mas também demonstrou seu compromisso e apoio inestimável. Agradeço também por aceitarem fazer parte da comissão julgadora, mostrando contínuo apoio e confiança em meu percurso acadêmico.

Desafios da Pedagogia Vigente na Promoção da Inclusão do Ensino Colegial Técnico: Uma Proposta de Programa de Aula.

Edson de Oliveira Siqueira
e-mail: edson.siqueira@fecap.br
Mestre em Administração

Resumo

O presente estudo aborda os desafios enfrentados pela pedagogia atual na promoção da inclusão no ensino, desde o ingresso dos estudantes até a conclusão do curso. Fatores socioeconômicos, acessibilidade, evasão, racismo e preconceitos são obstáculos que afetam a permanência dos alunos na instituição. Diante da responsabilidade governamental no processo de ingresso, há necessidade de repensar as práticas educacionais visando a retenção dos estudantes até sua formação. A abordagem da educação inclusiva, considerando as especificidades dos estudantes, é crucial para criar um ambiente escolar mais igualitário e acolhedor. Embora as barreiras de inclusão no Brasil tenham ganhado destaque após a Constituição de 1988, ainda carecem de atenção adequada. O racismo, as desigualdades e a falta de acessibilidade impactam significativamente a vida acadêmica e pessoal dos estudantes, exigindo ações concretas para superá-las em prol de uma educação que respeite e valorize as diferenças. Nesse sentido, a proposta de um programa de aula surge como uma ferramenta estratégica para transformar a pedagogia vigente, baseando-se na singularidade de cada estudante, na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e na desconstrução de estereótipos e preconceitos. Este programa visa atender às demandas da sociedade contemporânea, construindo um futuro respeitoso, no qual os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Diversidade. Ensino. Pessoas com deficiência. Legislação.

Abstract

The present study addresses the challenges faced by current pedagogy in promoting inclusion in education, from students' enrollment to course completion. Socioeconomic factors, accessibility, dropout rates, racism, and prejudices are obstacles that affect students' retention in the institution. Given the government's responsibility in the enroll-

ment process, there is a need to rethink educational practices to retain students until their graduation. The approach of inclusive education, considering students' specificities, is crucial to create a more egalitarian and welcoming school environment. Although inclusion barriers in Brazil have gained prominence since the 1988 Constitution, they still lack adequate attention. Racism, inequalities, and lack of accessibility significantly impact students' academic and personal lives, requiring concrete actions to overcome them in favor of an education that respects and values differences. In this sense, the proposal of a lesson program emerges as a strategic tool to transform current pedagogy, based on the uniqueness of each student, promoting inclusive pedagogical practices, and dismantling stereotypes and prejudices. This program aims to meet the demands of contemporary society, building a respectful future in which students have the opportunity to fully develop their potential.

Keywords: Inclusive education. Diversity. Teaching. People with disabilities. Legislation.

1 Introdução

A constituição de 1988 prevê a educação para todos e promove novas atenções para educação brasileira. No entanto, levantamentos de necessidades e atenções com temas relacionados a inclusão, diversidade e equidade ganham força a partir do ano 2000 (Gomes, 2011). Isto é, a constituição de 1988 foi o início de uma preocupação com a educação inclusiva, embora seja um processo constante de mudança, os resultados práticos ainda permanecem muito a se fazer para o processo de inclusão. Mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação inclusiva permaneceu uma promessa e necessita de ajustes e atenções.

De acordo com o censo IBGE do ano de 2000, 44,6% da população brasileira se declarava ascendências negras, sendo dos 91 milhões de brasileiros, 6,2% pessoas pretas e 38,4% pessoas pardas, com situações históricas de desigualdades sociais e raciais. (Gomes, 2011). Após 22 anos, de acordo com Censo IBGE de 2022, a população brasileira aumentou para 203.080.756 pessoas, sendo 10,2% pessoas pretas e 45,3% pessoas pardas. Ainda de acordo com o Censo a população brasileira é composta por 51,5% sexo feminino e 48,5% sexo masculino.

Ao pensarmos em educação para todos, relacionamos também índices de estudantes da educação especial por tipo de deficiência. A plataforma digital DIVERSA,

iniciativa do Instituto Rodrigo Mendes (IRM) em parceria com diferentes organizações com objetivo à melhoria da educação do país compartilhando boas práticas de educação inclusiva, apresenta índices de estudantes e suas especificidades no ano de 2020, sendo: 51,8% Deficiente Intelectual, 24,3% Autismo, 9,0% Deficiência Física, 4,9% Deficiência Múltipla, 4,6% Baixa Visão, 2,3% Deficiência Auditiva, 1,5% Altas Habilidades/Superdotação, 1,2% Surdez, 0,4% Cegueira.

O tema inclusão e diversidade, desde o ano 2000, tem se tornado um assunto recorrente nas discussões acerca da educação e da sociedade, abrangendo instituições de ensino fundamental, médio e universitário. A LDB n. 9.394 (1996), estabelece a relevância dos estudos para o engajamento das pessoas na sociedade, a melhoria da empregabilidade e o desenvolvimento de atributos pessoais, proporcionando garantias e benefícios a todos (Monteiro & Martins, 2022). O investimento em estudos passa a ser uma atenção como foco em equidade de oportunidades para os estudantes no mercado de trabalho. O Plano Nacional de Educação (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015), estabelece metas direcionadas a educação profissional técnica, estabelecendo metas a serem cumpridas.

O acesso à educação profissional médio técnico desponta como um dos meios para fomentar a igualdade social e econômica no país. Isso porque se trata de um programa profissionalizante capaz de viabilizar a entrada de estudantes sem experiência profissional no mercado de trabalho. Entretanto, ainda há obstáculos a serem vencidos no que diz respeito à inclusão de grupos que, ao longo da história, foram sistematicamente excluídos. (Monteiro & Martins, 2022).

Essas barreiras, muitas vezes relacionadas a ambientes desfavoráveis, questões sociais, preconceitos e falta de aceitação, aliadas à insuficiente atenção, resultam na inviabilização do ingresso desses indivíduos nas instituições de ensino ou, quando eles conseguem ingressar, na dificuldade de completar o curso, o que acaba por estimular a evasão. (Monteiro & Martins, 2022).

Isso também se aplica aos estudantes com deficiência, que necessitam de atenção especializada e ajustes para ingressar no ambiente acadêmico, como a adaptação de recursos didáticos, estruturas escolares e processos seletivos. Isso, por sua vez, demanda mudanças por parte dos profissionais da área educacional, a fim de atender a essas especificidades. Desde os anos de 1990, algumas medidas foram implementadas (Santos & Hostins, 2015), no entanto, segundo dados do Gomes (2023) apenas 25,6% das pessoas

com deficiência tinham concluído pelo menos o ensino médio, enquanto 57,3% das pessoas sem deficiência tinham esse nível de instrução.

Apesar da existência de pesquisas e discussões sobre a inclusão, permanece necessidade premente de examinar o tema com maior profundidade. (Santos & Hostis, 2015). A questão da formalização da cultura padrão europeia, isto é, pessoas de referência e de sucesso sempre apresentadas com peles claras, vistos ainda hoje na sociedade, impedem que haja referências e oportunidades de outras culturas como práticas em sala de aula que contemple a experiência de inclusão (Hooks, 2013). A começar pela ação mediante a evasão dos estudantes no ensino médio que podem estar relacionadas a condições socioeconômicas, e jovens busquem educação de acordo com suas condições. (Monteiro & Martins, 2022).

A não continuidade dos jovens no ensino médio resulta em má qualificação para o trabalho, que pode influenciar na economia do país. Todavia, os efeitos indiretos ainda são maiores quando contabilizados a relação da saúde do indivíduo e projeção para a criminalidade. De acordo com Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social – IMDS, a evasão no curso de ensino médio, no período em 2020, foi de 8,8% para estudantes do 1º ano médio, 8,3% 2º ano médio e 4,6% para o 3º ano médio. No entanto, ao compararmos por rede de ensino, as escolas públicas estaduais e municipais, possuem índices de evasão superior a escolas privadas. Somando os 3 anos do ensino médio, temos 10,9% de evasão das instituições estaduais, 7% instituições municipais e 0,2% escolas privadas.

Além da Evasão, isto é, não continuidade aos estudos no ano seguinte, o Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social – IMDS, apresenta a questão do abandono escolar, ou seja, estudantes que desistem durante o ano que está cursando. O abandono ao longo da trajetória escolar para o ensino médio apresenta índices maiores para o sexo masculino ao feminino. Em 2020, esses índices eram de 3,2% para o sexo masculino e 1,9% para o sexo feminino. Em relação a taxa de abandono na rede pública por cor ou raça, temos o maior índice de abandono por estudantes negros, com 2,8% a 2,4% em relação a estudantes brancos.

A preocupação quanto ao ingresso dos alunos, inclusão e diversidade escolar é uma abordagem tanto dentro quanto fora das escolas. Questões no acolhimento desses alunos demandam um entendimento mais abrangente sobre como efetivamente aplicar esses princípios (Santos & Hostis, 2015). Como a escola pode auxiliar estudantes para

chegarem até a sala de aula? Quais assistências os estudantes necessitam para locomoção e estudos extra sala? São alguns fatores que podem influenciar na permanência e conclusão escolar.

Nos últimos tempos, tem sido possível observar algumas evoluções, impulsionadas por ações sociais governamentais, que têm viabilizado o acesso de alunos às universidades, algo que outrora parecia quase inalcançável. Podemos citar: Plano de ações articulados, Plano de Desenvolvimento da Educação, Índice de Desempenho da Educação Básica, Exame de Desempenho dos Estudantes, Exame Nacional do Ensino Médio, Financiamento Estudantil, Programa Universidade para Todos e Prova Brasil.

A trajetória até o ensino universitário demanda a passagem pelo ensino fundamental e médio. Isso destaca a importância de investigar como esses alunos estão se situando nesse percurso e como estão se adaptando a essas fases para poderem concluir com sucesso as etapas necessárias para alcançar o próximo nível educacional (Antunes & Amorim, 2020).

A preocupação quanto a evasão escolar, pode ser introduzida em promoções de discussões em sala de aula entre professores e alunos sobre temas cruciais, como as barreiras da inclusão, a diversidade e ao atendimento das pessoas com deficiência, desempenhando um papel significativo na mitigação da evasão escolar. Através dessas conversas, é possível compreender as necessidades reais de cada aluno, suas expectativas em relação à escola e como os educadores podem se capacitar para oferecer uma educação de qualidade. No entanto, apesar da necessidade de inovar a pedagogia e a didática, frequentemente isso não é realizado devido ao receio dos riscos envolvidos e à pressão da aceitação social, isto é, a mudança dentro da sala de aula não é responsabilidade somente do professor, cabe aprovação da Instituição e como ela será aceita pelos pais e sociedade (Antunes & Amorim, 2020). Os professores aprenderam que o estilo de ensino é voltado para uma única norma de pensamento ou experiência. Com isso, os professores não se sentem à vontade em promover discussões multiculturais, com receio em perder o controle nas diferentes opiniões que podem surgir. (Hooks, 2013).

Ações governamentais acadêmicas são estabelecidas através da Constituição Federal, PNE e LDB. Por exemplo o PNE, Lei n. 13.005 (2014), em sua meta 4, destaca a relevância da pesquisa na área educacional especializada para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. A Constituição Federal de 1988, no inciso III do artigo 208, estabelece a

obrigação de proporcionar atendimento educacional especializado a esses estudantes. Além disso, de acordo com a LDB (Lei n. 9.394, 1996), a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo assim a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os alunos. Essas ações envolvem toda a diversidade dos estudantes, com ênfase na educação para todos.

No contexto atual de inclusão e diversidade, as escolas e os professores são instados a reavaliar os aspectos educacionais com o objetivo de melhorar a aprendizagem e alcançar um número mais amplo de estudantes. É crucial reconhecer que as Instituições de Ensino devem passar por avaliações abrangentes de suas condições atuais, a fim de garantir a acessibilidade de todos os alunos, especialmente dada a natureza complexa desses desafios (Antunes & Amorim, 2020). Podemos destacar a importância de um ambiente educacional que esteja constantemente adaptando-se para garantir que nenhum estudante seja excluído, promovendo assim uma educação verdadeiramente inclusiva.

O papel dos professores na inovação, criação de novas estratégias em sala de aula e busca de currículo multiculturais, podem ser atingidos desde que os professores se sintam seguros, a sanar suas dúvidas e temores. Para isso, é importante instituir locais de formação para docentes, capacitando-os (Hooks, 2013).

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise dos desafios enfrentados pela pedagogia atual na promoção da inclusão no ensino médio técnico, apresentando uma proposta de programa de aula. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas revisões bibliográficas abordando conceitos como inclusão, autonomia, evasão, barreiras de entrada e permanência nas escolas, bem como práticas pedagógicas em vigor, com a finalidade em desenvolver uma proposta de plano de ensino inclusivo.

O enfoque principal foi a formulação de um plano de aula para a inclusão de estudantes e diversidade nas disciplinas. Esse plano abrange sugestões de ferramentas e estratégias específicas, buscando criar um ambiente que seja acolhedor, consciente e participativo. O intuito é propiciar o sucesso dos alunos, gerando resultados ainda mais positivos não apenas para eles, mas também para a sociedade como um todo.

2 Referencial Teórico

A busca por uma sociedade mais equitativa e justa impulsiona discussões no campo da educação, culminando no movimento em prol da Educação Inclusiva, proporcionando a identificação de barreiras tradicionais, como falta de acessibilidade,

recursos pedagógicos, formação insuficiente dos professores, barreiras financeiras e sociais, discriminação, racismo, envolvendo a diversidade em todas as suas manifestações. O ambiente educacional inclusivo exige a compreensão dos fatores que os estudantes possam sentir-se respeitados, valorizados, capazes de apreender e desenvolver o aprendizado.

2.1 Educação Inclusiva

A educação inclusiva não deve ser considerada além da inclusão de pessoas com deficiência. Ela engloba também estudantes com outras características, como origem étnica, diferentes níveis de habilidade de aprendizado, gênero e orientação sexual (Omote, 2016).

A base da democracia encontra-se nas práticas escolares que fomentam a aprendizagem e a troca de informações, contribuindo para a vivência em sociedade. Através de abordagens pedagógicas, a escola tem a capacidade de apresentar e celebrar diversidades e necessidades individuais. Entretanto, a inclusão e diversidade representam grandes desafios, especialmente devido aos modelos educacionais tradicionais que tendem a ser padronizados e seletivos, criando barreiras para a entrada dessas pessoas nas instituições de ensino (Antunes & Amorim, 2020).

O sistema de ensino padronizado, como o conhecemos, requer uma revisão substancial para incorporar novas abordagens pedagógicas que possam ter um impacto mais abrangente em todos os níveis educacionais. É crucial abordar a diversidade dos estudantes e promover a colaboração entre alunos, professores e instituições de ensino, todos unidos por um objetivo comum: a busca pelo aprendizado. (Galery, 2017).

A sala de aula deve ser um espaço onde os estudantes tenham a liberdade em expor suas ideias de forma segura, sendo estimulados pelos professores quanto a participação em discussões. No entanto, as salas de aulas aparentemente neutro, possuem alunos, principalmente os negros, as estudantes do sexo feminino e pessoas com deficiência, que não se sentem seguros para manifestar seus pensamentos, por se sentirem inferiores aos demais estudantes da sala, permitindo somente aos brancos de sexo masculino responderem os questionamentos. O papel do professor é promover a pedagogia transformadora, envolvendo a participação de todos os estudantes de forma equitativa. (Hooks, 2013).

O currículo escolar muitas vezes demonstra uma falta de eficácia no sentido de promover a aprendizagem plena dos estudantes. Isso ocorre porque, frequentemente, os currículos são orientados por busca de alto desempenho com base em médias e metas a serem atingidas, sem atentar para a diversidade de estilos de aprendizado dos alunos. Esses currículos frequentemente são criados de maneira padronizada, com conteúdo pronto e superficiais, apresentados de forma narrativa ou expositiva. Esse tipo de abordagem foca mais na transmissão de informações do que na absorção e construção de conhecimento efetivo. Além disso, esse formato tende a limitar a capacidade dos estudantes de desenvolverem pensamento crítico e de expressar suas próprias ideias. (Heredero, 2020).

O tema da inclusão teve seu início nas escolas brasileiras direcionado principalmente ao ensino fundamental, mas nos dias atuais, busca expandir-se para abranger também o ensino médio e universitário (Omote, 2016). Entretanto, abordar o modelo de inclusão representa a diversidade dos estudantes, pois podem enfrentar desigualdades ao concluírem seus cursos e buscarem emprego. Por esse motivo, é necessário garantir equidade para todos, visando otimizar a experiência educacional e prevenindo possíveis obstáculos ou discriminações no mercado de trabalho (Omote, 2016).

Superar a desigualdade e comprovar a capacidade no exercício da formação das pessoas com deficiência, exige intervenções na desconstrução da crença de inferioridade. Os estudantes com deficiência, por exemplo, devem ser encorajados a buscar seu desenvolvimento e realização em todos os níveis. Não podem ser rotulados como incapazes, o que resultaria em sua exclusão da sociedade. Para atingir esse objetivo, são necessários recursos pedagógicos adaptados que promovam novas práticas de aulas inclusivas. Isso implica em oferecer conhecimentos universais aos alunos, proporcionando o mesmo currículo acadêmico a todos. Além disso, é crucial enfatizar a importância da convivência diária com os demais estudantes, estabelecendo uma regularidade na interação e participação (Bianchi, Lepre, & Campanharo, 2023; Mallmann, Conto, Bagarollo, & França, 2014; Mendes, 2020).

O reconhecimento da importância da inclusão escolar remonta ao final dos anos 1940 e continua a ser atualizado por meio de convenções internacionais ao longo do tempo. Essas convenções destacam conceitos como o Acesso Universal (AU), Desenho Universal (DU) e Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), sendo esse último

representando novas abordagens de ensino que são acessíveis e desafiadoras para estudantes, levando em consideração a diversidade e as características individuais. Eles visam eliminar a discriminação e preconceitos de maneira criativa e inovadora, ao mesmo tempo em que tornam o ensino mais acessível, eliminando a necessidade de reformulações posteriores (Dalton et al., 2019).

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) busca estabelecer um ambiente de aprendizagem que seja igualmente acessível a todos os estudantes, levando em consideração suas capacidades e dificuldades individuais na aprendizagem. Reconhece-se que as pessoas não são uniformes e não podem ser forçadas a alcançar um resultado predefinido e rígido de acordo com um currículo inflexível baseado em médias. As variações e particularidades na maneira como cada pessoa aprende frequentemente são negligenciadas pelas Instituições de Ensino, o que acaba reduzindo as oportunidades de aprendizado justo e equitativo para todos os estudantes (Herebero, 2020).

2.1.1 Conceitos de Gênero, Raça e Deficiência

A palavra "gênero" nem sempre reflete com precisão seu significado real, pois tende a restringir-se a classificar pessoas ou características sexuais, deixando de capturar a complexidade dos sentimentos e identidades individuais. Devido às convenções gramaticais, o termo "gênero" simplesmente classificava as pessoas como masculinas ou femininas com base no sexo, a fim de permitir distinções e a formação de grupos (Scott, 1995).

O movimento feminista nos Estados Unidos talvez tenha sido um ponto de partida para questionar o conceito de gênero baseado somente em aspectos biológicos. Esse movimento rejeitou a ideia de que apenas o sexo masculino tinha importância histórica, enquanto o sexo feminino era considerado inferior (Scott, 1995).

Até os anos 1930, as mulheres no Brasil não tinham direito ao voto, e mesmo após conquistarem, ainda enfrentaram obstáculos para garantir outros direitos, como educação e oportunidades de carreira. Elas eram proibidas de ingressar em cursos como medicina e direito. Embora tenham realizado manifestações públicas e petições desde o século XIX, os resultados só começaram a ser alcançados no início do século XX. A participação das mulheres na história frequentemente passava despercebida pela sociedade (Louro, 1995; Wolff & Saldanha, 2015).

Os estudos sobre mulheres, como mencionado anteriormente, evoluíram ao longo do século XIX. No entanto, durante os anos 1960, durante a ditadura no Brasil, com o aumento da participação em movimentos sociais, as mulheres começaram a fazer novas reivindicações e conquistas (Louro, 1995; Wolff & Saldanha, 2015).

Na década de 1990, o currículo escolar passou por uma reanálise que revelou tendências misóginas, ou seja, o preconceito quanto a sua capacidade e o desprezo pela importância da participação das mulheres para a sociedade. Diante disso, dois pontos passaram a ser estudados: as relações de gênero e a identidade. Esses estudos analisam como essas dinâmicas influenciam as escolhas educacionais. Atualmente, o feminismo também aborda outras questões relevantes, como o binarismo de gênero e a interseção entre sexo biológico e gênero cultural (Franco & Munford, 2023).

Parâmetros de normalidade criado pela sociedade, caracteriza gênero, somente como masculino e feminino (cisgêneros), sendo que a mulher ainda é vista como inferior, menos importante e abaixo ao homem (Franco & Munford, 2023). A perspectiva da sociedade é que a mulher biológica se comporte como “feminina” e tenha seus desejos sexuais por homens, bem como o biológico homem haja como masculino e deseje mulheres. (Wolff & Saldanha, 2015). Diante desse paradigma, todos que não atuem de acordo com os padrões da sociedade, segundo seu sexo biológico, isto é, características e ações de homem e mulher, são denominados como diferentes, estranhos e incomuns. (Franco & Munford, 2023).

Raça humana é uma classificação que surgiu em meados do século XVI e que tem circunstâncias históricas da sociedade contemporânea voltado a questões políticas e econômicas, resultados de conflitos e poder, graças a expansão comercial e da cultura renascentista, preocupada com questões materiais e domínios. (Almeida, 2019).

O conceito de raça humana não é determinado pela cor da pele, que representa a pigmentação da melanina na derme, ou outras características externas como composição do rosto, cores ou especificações do cabelo. Essas diferenças são correlacionadas ao continente de origem (Pena, 2005).

Embora a biologia e genética possam apresentar que todos os seres humanos possuem a mesma carga genética, posicionamentos voltados a políticas e poder, promovem um distanciamento entre as pessoas, classificando-os por categorias e que presumem superioridades. Aspectos culturais passam a ser moldados por características

biológicas, físicas e visíveis a olho nu criando simbologias e diferenças étnico-raciais. (Gomes, 2003).

O país que abriga a maior contingente de descendentes africanos é o Brasil, onde de acordo com o Censo do ano 2000, aproximadamente 40% se classificavam como pretos ou pardos. Seguidos por 4% amarelos, 4% indígenas e 51% brancos. Porém, o Censo IBGE de 2022 apresentou um aumento da população geral de 91 milhões para 203 milhões de pessoas, com índices de 55,5% pretos e pardos, seguidos por 4% amarelos, 6% indígenas e 43,5% brancos. Diante deste contexto, a manutenção da diversidade do povo brasileiro torna-se complexa, acrescentado a desigualdade social (Gomes, 2011).

Teorias racistas que foram elaboradas até o início do século XX, e ainda persistem em alguns aspectos da sociedade contemporânea, foram amplamente refutadas, especialmente quando se trata de afirmar diferenças biológicas e genéticas entre seres humanos. Embora algumas características físicas possam sugerir diferenças, na verdade, essas diferenças são construções sociais destinadas a justificar noções de superioridade entre as pessoas (Gomes, 2003).

Pessoas com deficiência, de acordo com a Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015, artigo 2º, Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. As avaliações da deficiência, são realizadas por equipe multiprofissional e interdisciplinar, de forma biopsicossocial, considerando: impedimentos de funções e estrutura do corpo, fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, limitações de desempenho de atividades e restrições de participação.

Segundo o Censo escolar de 2018 do Instituto Nacional e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), somente 31% das escolas brasileiras possuem dependências acessíveis a pessoas com alguma especificidade.

No entanto, entendermos as especificidades do corpo não são apenas questões biomédicas, uma vez que, há uma desvantagem natural que requer um esforço maior para realização das atividades, mas, sim, em questões políticas, isto é, desigualdades e obstruções de sua participação com uma sociedade não inclusiva. A pessoa com deficiência é classificada como indesejáveis e que necessitam de transformação para

acompanhar a normalidade imposta pela sociedade, seja no convívio social ou educacional (Diniz, Barbosa, & Santos, 2009).

2.1.2 Inclusão e Diversidade

Inclusão pode ser entendido como parceria da diversidade, isto é, uma garantia em que as especificidades das pessoas sejam valorizadas, respeitadas com a aceitação das diferenças e semelhanças de cada pessoa. A diversidade é denominada um conjunto de diferenças e semelhanças que caracterizam a vida humana, que podem ser valorizadas de acordo com as ideias e crenças da sociedade, mas, nem sempre é colocada em prática. Aceitar a diversidade é combater a discriminação negativa das pessoas (Bulgarelli, 2022).

As preocupações educacionais em relação a temas como pessoas com deficiências frequentemente se concentram nas dificuldades desses estudantes, buscando integrá-los para que eles possam se ajustar ao currículo escolar. No entanto, a inclusão vai além das pessoas com deficiências. É crucial compreender as diferenças individuais e as diversas características dos estudantes. Isso implica em modificar a didática escolar tradicional e rígida, tornando-a mais flexível para atender a uma variedade maior de estudantes (Heredero, 2020).

A inclusão parte do repensar ao próprio objetivo da educação, a busca na aprendizagem conjunta, análise crítica da pedagogia vigente e didáticas, em busca de novas soluções, para que a educação possa abranger a todos os estudantes, mediante a sua diversidade. Vale ressaltar que inclusão não deve ser vista como educação especial restrita, mas em toda sua diversidade que envolve pessoas com deficiência, diversidade étnica, de gênero, sexualidade, estudantes com altas habilidades ou com dificuldades específicas (Galery, 2017).

Em 2002, a UNESCO criou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, que estabelece um novo olhar quanto aos vínculos de diversidade, diálogo e desenvolvimento, considerando a importância da cultura para a construção da sociedade, como maneiras de viver baseados em seus valores e sentimentos. Tem como base na consciência do gênero humano que é interligado a multiculturas. (Bulgarelli, 2022).

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002), considera a diversidade cultural como patrimônio da humanidade (Artigo 1), isto é, conhecer outras culturas poderá manifestar originalidade, criatividade e diversidade., compartilhando ensinamentos as novas gerações. Gera uma interação harmoniosa entre

as pessoas e grupo (Artigo 2), servido como fator de desenvolvimento econômico devido aos acessos a novas informações e costumes (Artigo 3).

No Brasil, o processo de inclusão teve início no ensino básico e se expandiu para o ensino médio e universitário. As reformas educacionais possibilitaram a entrada de pessoas com dificuldades sociais e questões étnicas, eliminando barreiras para o acesso à educação (Costa & Picanço, 2020). Entretanto, a diversidade nas escolas muitas vezes é vista como um problema e pode resultar em isolamento, exclusão e evasão dos alunos. Isso acontece devido a preconceitos individualistas entre as pessoas. Quando os jovens expressam sua diversidade, muitas vezes enfrentam discriminação e situações de bullying. Os professores e outros membros das instituições de ensino muitas vezes não conseguem fornecer o apoio necessário aos estudantes nessas situações. Isso pode levar a violência, intenso sofrimento para todas as partes envolvidas e até mesmo tentativas de suicídio por parte dos jovens (Antunes & Amorim, 2020; Wolff & Saldanha, 2015).

Nessa questão, é essencial uma mudança de paradigma em direção à empatia, aceitação da diversidade e adoção de novos conceitos e valores de maneira criativa e inovadora, sempre respeitando a igualdade e participação para garantir o respeito aos direitos de todos. Para alcançar esse objetivo, é fundamental um entendimento aprofundado das questões relacionadas às sexualidades e diversidades sexuais (Antunes & Amorim, 2020; Wolff & Saldanha, 2015).

Um exemplo disso é a questão da diversidade de gênero, que vai além das questões sexuais e diz respeito a como as pessoas se identificam. As escolas frequentemente ainda não estão preparadas para abraçar essa diversidade em suas rotinas dentro de sala de aula e também fora dela (Wolff & Saldanha, 2015). Por exemplo, uma aluna transexual enfrentou contratempos já no momento da matrícula, quando fora proibida de utilizar o banheiro correspondente à sua identidade de gênero. Embora se identifique como mulher, foi orientada a usar o banheiro masculino devido ao seu sexo biológico. Em busca de alternativa, para não causar a evasão no ato da matrícula, a escola propôs que a aluna utilizasse o banheiro dos professores, com a condição de que não seja durante o intervalo, devido ao grande movimento. A utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero, gera calorosos debates contra e a favor (Kamensky & Sebe, 2016c).

De fato, a diversidade abrange várias dimensões, incluindo a questão dos negros. Mesmo com o aumento da participação de pessoas negras no ingresso acadêmico, muitas vezes por meio de sistemas de cotas, ainda enfrentam preconceitos em relação à sua

capacidade intelectual. Isso pode limitar suas oportunidades em suas escolhas educacionais (Costa & Picanço, 2020).

O preconceito e a discriminação são influenciados pelas normas sociais, e a diversidade pode desencadear comportamentos hostis em indivíduos. Esse comportamento muitas vezes se manifesta por meio de bullying, e não está restrito apenas a questões de gênero, mas também engloba etnias e religiões (Crochik, 2011).

O preconceito tem um impacto significativo na evasão escolar, uma vez que os estudantes que são alvos de preconceito e discriminação muitas vezes não se sentem parte da comunidade escolar. A falta de respeito por sua etnia, religião ou orientação sexual contribui para que eles não se engajem na escola. Muitas pessoas reconhecem a existência desse problema, mas evitam discuti-lo, especialmente em sala de aula. Os professores, embora saibam da importância de abordar temas como sexualidade, etnias, questões sociais e religião, às vezes se sentem guiados a evitar esses tópicos devido ao medo de reações negativas por parte dos estudantes, seus familiares e a sociedade em geral (Kamensky & Sebe, 2016a).

A questão da violência contra a mulher é um exemplo de um tema ligado à diversidade que é abordado nas escolas. No entanto, é importante ressaltar que essa violência não se restringe apenas a pessoas do sexo feminino, se estende a outras pessoas em relação a sexualidade. A diversidade sofre violência, muitas vezes devido ao fato de não se encaixarem nos padrões da sociedade (Kamensky & Sebe, 2016b).

Muitas vezes, estudantes que buscam ajuda junto aos educadores devido a bullying ou situações de preconceito recebem repreensões em vez de apoio, como se fossem eles os errados. Por exemplo, quando alunos que são alvo de insultos por sua orientação sexual buscam ajuda, frequentemente recebem como resposta algo do tipo: "comporte-se como um homem". Isso leva muitos estudantes a aceitarem a violência de forma resignada, a se isolarem e a seguir carreiras profissionais que a sociedade estabelece como adequadas a eles. Muitas vezes, por falta de outras opções, acabam enfrentando dificuldades e marginalização (Kamensky & Sebe, 2016b).

Na próxima seção veremos como a sociedade define como normas que moldam o panorama educacional, buscando através de seus códigos e cláusulas, correlacionar o que as impulsiona, bem como, explorar o papel fundamental dessas normas na construção de um ambiente educativo prático alinhados a valores e aspirações sociais, na proposta de currículo escolar.

2.2 Educação em Direitos Humanos (EDH)

A escola, enquanto ponto de interseção entre o indivíduo e a sociedade, assume a responsabilidade de preparar os alunos para enfrentarem os desafios cotidianos. (Galery, 2017). A medida em que o mundo apresenta evoluções, a educação também necessita acompanhar tais processos. No entanto, a estrutura escolar, tal como a conhecemos, tem sido mantida desde o final do século XVIII, na Europa, com definições de fileiras de carteiras voltadas para a lousa e o professor, com horários de aula e intervalos definidos. As metodologias empregadas em sala de aula são apresentadas de acordo com o regimento escolar vigente. (Kamensky, Waks, Conchão & Silva, 2016d).

Outro aspecto relevante, diz respeito aos vestígios históricos mantidos, que podem contribuir para preconceitos dirigidos aos estudantes que não se encaixam nos padrões estabelecidos ao longo do tempo, abrangendo diferenças étnicas, crenças religiosas, posição social e orientação sexual (Kamensky et al., 2016d).

O preconceito se manifesta por meio de gestos aparentemente insignificantes, muitas vezes disfarçados como "brincadeiras", sob a justificativa de inocência e falta de intenção por parte daqueles que os praticam. Contudo, essas ações frequentemente envolvem comparações maliciosas e dão origem a ditados humilhantes direcionados a outras pessoas. Esse processo alimenta a ideia de superioridade de uns sobre outros, resultando em um cenário de dominação e inferioridade, ainda que esses comportamentos sejam aceitos e pouco questionados. Nesse contexto, é incumbência da escola evitar situações de discriminação e oferecer a mediação necessária, promovendo discussões entre indivíduos com o intuito de alcançar a equidade desejada. (Kamensky et al., 2016d).

Um exemplo de conexão escola e sociedade, podemos citar que, apesar de o termo "gênero" não refletir o sexo biológico de uma pessoa, a sociedade ainda tende a classificar as pessoas com base em seus costumes e culturas, o que resulta em mudanças, adaptações e transformações de pensamento em diferentes situações. Essas classificações e julgamentos muitas vezes estão ligados a características como roupas, aparência e até mesmo atividades realizadas pelos indivíduos. Esses elementos, que originalmente deveriam ser neutros, são rotulados de maneira pejorativa quando não atendem às expectativas da sociedade (Wolff & Saldanha, 2015).

A LDB (Lei n. 9.394, 1996) é a base para o sistema educacional brasileiro, com princípios e diretrizes que se tornaram essenciais na promoção da inclusão e diversidade nas escolas do país. A educação visa o desenvolvimento total do estudante, seu papel na

sociedade e sua preparação para o mercado de trabalho. Isso implica a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade presente em nossas salas de aula, a fim de construir um ambiente educacional que respeite e acolha as particularidades de cada indivíduo.

No artigo 4º, a legislação brasileira reforça o compromisso do Estado em fornecer atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência. Essa disposição indica a importância de se romper com a segregação e garantir a inclusão plena desses alunos no sistema educacional. Nesse sentido, a Lei não apenas reconhece a diversidade como um princípio fundamental, mas também estabelece a necessidade de ações práticas que permitam a participação ativa e efetiva de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, emocionais ou cognitivas.

Ao mencionar a "base nacional comum" no artigo 26º, a Lei aponta para a importância de uma estrutura curricular que promova um núcleo compartilhado de conhecimentos e habilidades, que seja complementado por aspectos diversificados. A diversidade aqui é entendida como um elemento enriquecedor e enriquecido pelas particularidades regionais, culturais e sociais do país. Portanto, a diversificação curricular não apenas respeita a pluralidade presente na sociedade, mas também para a construção de uma educação mais abrangente e inclusiva.

A valorização da "experiência extraescolar" no artigo 27º reforça a importância de reconhecer e incorporar a riqueza das vivências individuais e comunitárias dos estudantes em suas jornadas educacionais. Isso é particularmente relevante para os alunos provenientes de contextos socioculturais diversos, que podem contribuir de maneira significativa para o enriquecimento do processo educativo. Dessa forma, a legislação não apenas incentiva a inclusão de múltiplas perspectivas, mas também reconhece que a diversidade de experiências é um ativo que enriquece a educação como um todo.

A LDB (Lei n. 9.394, 1996) estabelece bases sólidas para a promoção da inclusão e diversidade na educação brasileira. Por meio de seus princípios e diretrizes, ela reforça a importância de um ambiente educacional que respeite, valorize e incorpore a diversidade presente em nossa sociedade, visando não apenas a equidade, mas também a construção de uma educação mais rica, abrangente e representativa.

A partir da promulgação da Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, (modificando as Leis anteriores Lei n. 9.394, 1996 e Lei n. 10.639, 2003) o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena tornou-se um componente obrigatório do currículo oficial da rede de ensino brasileira. O Artigo 26A da Lei n. 11.645 (2008), estabelece a

obrigatoriedade do estudo de diversos aspectos que desempenharam um papel fundamental na formação da população brasileira, incluindo a história da África, a luta dos negros e indígenas, destacando sua contribuição e relevância na construção da cultura nacional, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras (Ministério da Educação, 2008).

O processo de inclusão e diversidade também são pautas presentes no Plano Nacional de Educação (2014). Podemos citar os artigos 4.5, 4.8 e 4.9, do Plano Nacional de Educação fomenta que professores de estudantes com deficiências; podem, através da participação de profissionais das áreas da saúde, psicologia e assistência social, executar um trabalho multidisciplinar garantindo um atendimento educacional especializado, atuando como facilitadores do acesso e permanência dos estudantes que necessitam de uma atenção especializada. A participação conjunta de professores a outros profissionais, somados a colaborações da sociedade e órgãos governamentais, combatem variáveis que podem afastar os estudantes das escolas, como por exemplo situações de discriminação, preconceito e violência.

No que se refere a educação profissional (Ensino Médio Técnico), o Plano Nacional de Educação, tem estabelecido em sua meta 10, oferecer no mínimo 25% de matrículas para os jovens onde possam de forma concomitante concluir o ensino médio regular e técnico. Para isso, há necessidade de aprimoramentos nas estruturas das escolas, em busca da acessibilidade à estudantes com deficiência.

Para atendermos o planejamento de acesso e inclusão dos estudantes com deficiência, o Plano Nacional de Educação (2014) recomenda a ampliação de cursos de ensino médio técnico, com certificação profissional de forma gratuita, além da expansão do estágio unificando as questões de teoria e prática profissional a estudantes com deficiência.

Vale ressaltar que o PNE (2014) prevê investimentos necessários para a permanência de estudantes às escolas até a conclusão do ensino de nível médio e técnico, inclusive em políticas previstas em Lei como: I recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e jovens e adultos que ele não teve acesso. II fazer-lhes chamadas públicas; III Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola, reduzindo questões de discriminações étnico-raciais ou regionais.

Quanto aos professores, o PNE (2014) estimula a realização da educação continuada nas áreas de atuação, com a finalidade de aprimoramento e atendimento às

novas demandas do ensino, além da criação do plano de carreira aos profissionais de educação, com alterações no piso salarial nacional.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146, 2015), também conhecida como "Estatuto da Pessoa com Deficiência", e a "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência" são marcos importantes na promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

Os Artigos 1º, 4º e 9º da lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146, 2015) estabelecem que é o dever do poder público assegurar e promover condições de igualdade, para que a Pessoa com Deficiência, possa exercer seus direitos, ter oportunidades, não sofrer nenhuma discriminação e que façam parte como cidadãos.

Quanto a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), o artigo 3º reforça o papel do poder público em assegurar e promover o exercício dos direitos humanos a todas as pessoas com deficiência sem limitações ou taxações que possam ser referenciadas por sua deficiência. Bem como no artigo 9º caracteriza aspectos de igualdade em relação ao ambiente físico, transporte, informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços abertos ao público, tanto na zona urbana como na rural.

O artigo 24º que é voltado à educação, estabelecendo o sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Para atingir os itens estabelecidos nos artigos acima citados, o artigo 27º estabelece o direito das pessoas com deficiência a um nível de vida adequado para elas e suas famílias. Nela engloba questões como alimentação, vestimenta, moradia e melhoria contínua de suas condições de vida.

A Lei n. 14.191 de 2021, estabelece a educação bilíngue dos surdos, sendo a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (libras), como primeira língua e em português escrito, como segunda língua. A oferta de ensino terá início a partir do zero ano, se estendendo pelo resto da vida, com auxílio de atendimento educacional especializado. Isto é, ao estabelecer a educação bilíngue, a legislação reconhece a língua brasileira de sinais (libras) como primeira língua, proporcionando as pessoas com deficiência auditiva uma base sólida para o desenvolvimento acadêmico e social. A inclusão do português escrito como segunda língua é destacada para a participação na sociedade. A abrangência da Lei desde o zero ano de idade possibilita um compromisso constante consolidando rumo a uma sociedade mais justa e acessível.

2.1.1 Políticas públicas de educação e raça

Embora o Plano Nacional de Ensino (2014) não mencione diretamente termos como raça ou questões raciais, as metas 3, 4 e 6, apresentam princípios que podem ser aplicados em relação a educação e raça. Por exemplo, educação para população de 4 a 17 anos, em busca da educação especializada de acordo com sua diversidade, ampliações de ofertas de educação infantil e educação em tempo integral em escolas públicas, são diretrizes importantes na promoção da igualdade de acesso à educação, o que pode beneficiar grupos historicamente marginalizados, incluindo estudantes negros e de minorias étnicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394 (1996), também estabelece princípios que podem ser aplicados na promoção da igualdade racial na educação, bem como na prevenção da discriminação racial e na valorização da diversidade étnico-racial. No artigo 3º, a lei menciona a promoção do educando para a convivência social e profissional com igualdade para todos, o que pode ser interpretado como aplicável independentemente da sua origem étnico-racial. Além disso, o artigo 5º determina o acesso à educação como um direito de todos, sem discriminação de qualquer natureza.

Esses princípios da LDB são fundamentais para garantir que a educação no Brasil seja inclusiva e promova a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua raça ou etnia. Eles desempenham um papel importante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade é valorizada e a discriminação racial é combatida ativamente.

A igualdade racial na educação também é contemplada por meio de políticas e legislações específicas, que estipula a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígenas nas escolas. O Programa de Nacional de Educação em sua estratégia 7.25, determina garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileiras e africana e implementar ações educacionais nos termos da Lei n. 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e n. 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para diversidade étnico racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. Esta medida tem como principal objetivo o reconhecimento da rica herança cultural afro-brasileira e africana, ao mesmo tempo em

que busca combater o racismo. Além disso, vale mencionar o artigo 79-B, que estabelece o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

As percepções no ambiente escolar quanto a temática de equidade e diversidade étnico-racial a estudantes do ensino médio, foi pauta da pesquisa realizada pelo edital “Gestão Escolar para a Equidade – Juventude Negra – 2017”, que através de respostas de questionários, foram destacados alguns pontos importantes como a quase ausência de conteúdos e discussões de cultura indígena e pouca adesão a ensinamentos e materiais da cultura afro-brasileira, sendo que mais de 80% dos alunos acham importante estudar a diversidade cultural no ensino médio. O ponto de atenção é nas respostas quando questionados sobre a primeira imagem que vinha a sua cabeça quando pensavam em África? As respostas foram fome, sofrimento, pobreza e escravidão (Silvério, Oliveira, & Rodrigues, 2019)

2.1.2 Políticas públicas de educação e gênero e orientação sexual

A LDB, Lei n. 9.394 (1996), não contém artigos específicos que tratem educação orientação sexual. No entanto, ela estabelece princípios gerais e diretrizes que podem ser aplicados na promoção da igualdade de gênero na educação e prevenir discriminações desta natureza. Dentre os artigos, podemos citar Artigos 2º, 3º e 5º que estabelecem o acesso à educação como direito de todos, sem discriminação, inclusive com igualdade de gênero, princípios de igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas, consideração com a diversidade étnico-racial, com liberdade em aprender, ensinar, pesquisar e divulgar pensamentos, valorizando a diversidade, promovendo o desenvolvimento do estudante quanto ao seu papel na sociedade e mercado de trabalho.

2.3 Acessibilidade e as barreiras da inclusão para pessoas que sofrem preconceitos

Preconceitos são criados a uma percepção seletiva de acordo com o que foi estabelecido pela sociedade, por exemplo: considerar que a violência e inconfiabilidade se dá a pretos e pardos, caracterizar que todos orientais possuem facilidades com cálculos e que judeus são avarentos. Em contrapartida, a discriminação é apresentada de forma direta ou indireta, ou seja, uma imposição pontual impedindo um indivíduo ou grupo em terem seus direitos respeitados. Por exemplo o impedimento de entradas em locais públicos ou atendimentos a negros, árabes, judeus, entre outros. Já a discriminação indireta não se refere a uma ação explícita das pessoas, porém são atitudes como desprezo,

falta de atenção e comprometimento, como casos de neutralidade racial não se levando em conta as diferenças sociais, causando prejuízos e desvantagens a grupos de pessoas (Almeida, 2019).

Para a sociedade, forma de vestimenta, ações, gestos ou mesmo costumes, ainda são bases de julgamentos e não possuem situações neutras. Pessoas que não atendem as características estabelecidas pela sociedade recebem rótulos demarcando como diferentes (Wolff & Saldanha, 2015). A diferença neste contexto não está relacionada a aceitação da diversidade, mas na forma pejorativa em discriminar pessoas e causar exclusão.

Resultados da pesquisa realizada pelo edital Gestão Escolar para a Equidade – Juventude Negra – 2017 apresentaram que os alunos se sentem pouco à vontade no ambiente escolar devido a situações de discriminação racial. 63% dos alunos pesquisados declararam ter presenciado alguma situação de discriminação racial de outro estudante da escola (Silvério, Oliveira, & Rodrigues, 2019).

A busca por uma cidadania justa e inclusiva enfrenta desafios que exigem mudanças abrangentes, que podem envolver alterações em regulamentos e definições. Isso requer uma transformação não apenas nas instituições educacionais, mas também na sociedade em geral, com a participação ativa de empresas, instituições acadêmicas e órgãos governamentais, todos trabalhando juntos para garantir que todos os cidadãos tenham acesso igualitário às oportunidades (Galery, 2017).

O modelo de inclusão existente precisa ser reavaliado, pois os estudantes com deficiência muitas vezes enfrentam dificuldades ao concluir seus cursos e procurar emprego. Portanto, é fundamental que recursos e suportes estejam disponíveis igualmente para todos os alunos, a fim de otimizar sua experiência educacional e prevenir possíveis barreiras e discriminações por parte das empresas e escolas (Omote, 2016).

Algumas barreiras são criadas como justificativas, impedindo o ingresso das pessoas às escolas. Algumas citadas são problemas estruturais, barreiras arquitetônicas, das escolas que possam atender as necessidades dos alunos, e, fundamentalmente, a questão pedagógica. Ou seja, a falta de conhecimento para preparar material e práticas em sala de aula. No entanto, esses argumentos, escondem outros obstáculos inclusos na sociedade, com consequências ainda maiores, por exemplo a maneira com que os estudantes com especificidade, são caracterizadas e denominadas por todos, isto é, barreiras atitudinais, quais os sentimentos e crenças a respeito dessas pessoas. (Omote, 2016).

2.3.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência

É essencial compreender que as estratégias de aprendizagem não podem ser rígidas e uniformes, pois cada estudante possui suas próprias características e necessidades individuais. Algumas pessoas podem ter limitações sensoriais, enquanto outras enfrentam dificuldades de aprendizagem, como a dislexia. Da mesma forma, existem estudantes que possuem uma capacidade mais rápida de assimilação, dependendo da abordagem didática utilizada. Diante dessa diversidade, a promoção de diversas abordagens de aprendizagem é fundamental para envolver e atender a todos os estudantes de maneira eficaz (Herederó, 2020). Um dos desafios para garantir uma educação abrangente está na quantidade de alunos por sala x quantidade de professores, fator que pode ser uma barreira para o acompanhamento paralelo aos estudantes.

As primeiras iniciativas em prol das pessoas com deficiência auditiva no Brasil ocorreram durante o Império de D. Pedro II, com a criação do Imperial Instituto de Surdos Mudos em 1857. Essa instituição foi concebida por um professor francês que também era surdo, com o objetivo de atender às necessidades da comunidade surda no país. No entanto, é importante ressaltar que, na época, somente estudantes do sexo masculino eram admitidos na instituição. (Mallmann et al., 2014).

É crucial reconhecer que as aulas direcionadas a alunos com deficiência auditiva demandam a presença de intérpretes de Libras para apoiar os professores que não possuem a formação acadêmica e o conhecimento necessários para ensinar usando a língua de sinais. A falta de preparo dos professores em relação à Libras pode impactar a eficácia da educação oferecida aos alunos surdos (Mallmann et al., 2014).

Alunos com deficiência auditiva, bem como pessoas com outras especificidades, devem ser capacitados para participar plenamente da sociedade, incluindo aspectos econômicos. No entanto, é fundamental revisar a legislação vigente e o modo como os estudantes surdos estão sendo educados para garantir uma inclusão efetiva (Mallmann et al., 2014).

A importância da Libras vai além de ser apenas uma ferramenta de comunicação dentro da sala de aula, com o auxílio de intérpretes. Ela precisa ser adotada como uma linguagem comum em toda a sociedade. A falta de conhecimento da língua por parte dos professores resulta na exclusão dos alunos surdos, gerando uma falta de comunicação entre eles e com os demais alunos e a sociedade em geral. Mesmo em escolas preparadas para receber alunos surdos, podem surgir desafios, incluindo casos em que o próprio aluno

surdo não domina plenamente a Libras. Portanto, compreender a educação inclusiva para alunos com deficiência auditiva envolve considerar situações, como a falta de conhecimento de Libras por parte dos professores e outros alunos, além da possibilidade de os próprios alunos surdos não terem total domínio da língua (Mallmann et al., 2014). A inclusão vai além de adicionar o estudante à classe, mas envolve-lo na participação e integração com os demais estudantes e acesso direto ao professor, antes, durante e após as aulas.

Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam desafios significativos em relação à interação social, o que ressalta a importância não apenas da escola e da família, mas também da sociedade em geral, para proporcionar um ambiente inclusivo. Dificuldades de aprendizagem para esses alunos podem estar relacionadas à falta de capacitação adequada dos professores sobre o TEA. Para promover a inclusão desses alunos, os professores têm um papel crucial ao utilizar recursos de tecnologias assistivas para facilitar a interação, comunicação específica e o convívio entre esses estudantes, bem como o entendimento e a aceitação dos colegas. Dessa forma, o ambiente educativo pode ser enriquecedor para todos os alunos (Bianchi, Lepre, & Campanharo, 2023).

Incluir estudantes autistas em atividades acadêmicas requer a criação de uma nova rotina adaptada às suas necessidades. A adaptação demanda intervenções específicas para promover a participação e interação com os demais estudantes. Estratégias de intervenção podem incluir modificações no estilo de aula, como a realização de pequenas tarefas que envolvam interações com os colegas, troca de materiais visuais e concretos, além de atividades que possibilitem a integração do aluno com TEA nas aulas de forma criativa. Essas ações podem ser fundamentais para criar um ambiente inclusivo e estimulante para o estudante com transtorno do espectro autista (Bianchi, Lepre, & Campanharo, 2023).

A introdução de intérpretes e cuidadores como suporte para alunos com deficiência auditiva ou transtorno do espectro autista pode ser uma abordagem que visa auxiliar esses estudantes a participarem da escola e das atividades educacionais. No entanto, é importante reconhecer que essa abordagem não deve ser o único meio de inclusão e que a simples presença de auxiliares pode ter limitações quando se trata de promover uma verdadeira inclusão na comunidade escolar. (Bianchi, Lepre, & Campanharo, 2023).

A presença de intérpretes ou cuidadores pode ter o risco de isolar os alunos, mantendo-os em um papel passivo e dependente, ao invés de capacitá-los a interagir e aprender de maneira independente com seus colegas e professores. A verdadeira inclusão envolve criar um ambiente onde todos os alunos, independentemente de suas diferenças, possam participar ativamente, aprender uns com os outros e contribuir para a comunidade escolar. Isso significa que as escolas devem adotar abordagens mais amplas e abrangentes, que envolvam a formação de professores para atender às necessidades diversas de seus alunos, o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas, a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, e a promoção de interações sociais entre todos os estudantes. Em vez de depender apenas de auxiliares, é fundamental que a escola adote uma abordagem holística e colaborativa para a inclusão, onde todos os alunos possam se sentir valorizados e integrados em sua comunidade escolar (Bianchi, Lepre, & Campanharo, 2023; Mallmann et. al., 2014).

O conceito de DUA, criado na década de 1980, busca promover a acessibilidade e a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. O objetivo principal é projetar ambientes, currículos e metodologias de ensino que atendam às necessidades de uma ampla variedade de estudantes, considerando suas diferentes habilidades, estilos de aprendizagem e características. O Desenho Universal na Educação vai além de simples adaptações para alunos com deficiência, ele propõe a criação de ambientes e práticas que sejam flexíveis e acolhedores para todos. Isso significa que em vez de modificar as coisas apenas para acomodar estudantes com deficiências ou necessidades específicas, o foco está em criar um ambiente educacional que seja acessível e benéfico para todos, independentemente de suas diferenças. Isso pode envolver a utilização de recursos visuais, auditivos e táteis para transmitir informações de diferentes maneiras, o uso de tecnologia para oferecer opções de aprendizagem diversas, a disponibilidade de espaços físicos acessíveis e a criação de atividades que engajem todos os estudantes, independentemente de seus estilos de aprendizagem. (Heredero, 2020).

O Desenho Universal reconhece que a diversidade é uma realidade e que as necessidades dos alunos podem variar amplamente. Portanto, ele procura criar um ambiente educacional inclusivo desde o início, em vez de depender de adaptações posteriores. Esse conceito é uma abordagem fundamental para garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizagem e participação na comunidade escolar (Heredero, 2020).

2.3.2 Educação antirracista

O ser humano, para fins de socialização, com base em seus valores, estabelece normas e conceitos que moldam uma cultura simbólica, a qual não está vinculada ao território, mas sim à maneira como as pessoas a praticam. Isso resulta na definição de padrões e lógicas que são impostos por determinados grupos de indivíduos (Gomes, 2003). Sob uma perspectiva genética, todas as pessoas são iguais e devem aderir aos mesmos padrões. No entanto, ao longo da história, a dominação de povos e a criação de hierarquias levaram à categorização das pessoas com base em sua etnia, sexo, idade e cultura, o que resultou na normalização de situações que foram aceitas pela sociedade (Gomes, 2003).

A igualdade em relação aos direitos políticos teve seus primórdios na Grécia Antiga (século V a.C.), porém com a restrição de que somente homens livres teriam acesso a esses poderes, excluindo as mulheres, que somente conquistariam esses direitos no século XX. No Brasil, até a Constituição de 1988, pessoas de baixa renda e analfabetas também eram impedidas de exercer o direito ao voto (Martins, 2022).

O racismo pode ser identificado por meio de preconceitos, relacionados às características das pessoas em relação à sua origem e descendência, sendo resultado de influências histórico-sociais e ideológicas (Francisco, 2008).

Com o objetivo de diminuir a importância do negro na sociedade, a mentalidade racista elabora argumentos que visam caracterizar de forma pejorativa o indivíduo semelhante. Isso é realizado por meio de críticas à sua beleza, ridicularização de seu cabelo, aspectos corporais e estabelecimento de uma imagem social negativa (Gomes, 2003).

Com o término da escravidão na Europa por volta do século XIX, devido ao esgotamento do modelo econômico escravista, os povos nativos conquistaram a liberdade. No entanto, a discriminação e o racismo passaram a fazer parte de suas vidas, persistindo ao longo das gerações devido à cor da pele. Essa discriminação foi legitimada pela sociedade branca com base em conceitos religiosos (Martins, 2022).

No século XX, a luta pela igualdade racial sofreu retrocessos devido ao aumento do conservadorismo, influenciado pelo nazismo, o que deixou marcas profundas de racismo nas relações sociais. No Brasil, por exemplo, embora a escravatura tenha sido abolida em 1888, os afrodescendentes continuaram a enfrentar obstáculos indiretos para

ocupar posições de prestígio social ou adquirir bens materiais, devido às barreiras impostas por não serem brancos (Martins, 2022).

A maior instituição social, a escola, desempenha um papel crucial na socialização e na promoção da equidade entre as pessoas. O papel do professor consiste em identificar cada estudante, familiarizar-se com as diversas culturas presentes, e destacar a relevância dessas culturas para os alunos. Isso permite que compreendam que o conhecimento não é limitado a uma etnia específica, mas sim aplicável a toda a humanidade. Além disso, é fundamental compreender quais expectativas temos para cada aluno quando abordamos a questão do racismo e qual é o objetivo que buscamos atingir. Para combater a discriminação racial, é necessário adotar novas práticas pedagógicas, tanto dentro como fora da sala de aula. Isso envolve discussões alinhadas com questões sociais relevantes e a incorporação da cultura negra no currículo escolar. Essas são iniciativas que podem pavimentar o caminho para a promoção da igualdade racial (Gomes, 2003).

Os avanços recentes na luta contra o racismo, como o movimento negro, a implementação do efeito das cotas para acesso a faculdades e denúncias, que deveriam promover a igualdade humana, resultam em desconforto para a elite branca. Esses grupos muitas vezes se sentem invadidos e reagem por meio de violência física ou psicológica, como xingamentos e exposições em redes sociais (Martins, 2022).

O combate ao racismo não pode se limitar apenas a campanhas de conscientização e busca por novos conhecimentos. A raiz do problema está na educação, ou seja, nos processos dentro das escolas, desde a educação básica até o ensino superior. Isso requer mudanças curriculares e um entendimento genuíno, além de uma transformação nas atitudes das pessoas (Gomes, 2003; Martins, 2022).

No entanto, um estudo realizado ao longo de 2022, pelo Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana, a 1.187 secretarias municipais de educação, que atendem 49,6% de crianças e adolescentes e equivalente a 21% das redes municipais, revelou que 71% delas realiza pouco ou nenhuma implementação sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira, promulgada há 20 anos para combater o racismo nas escolas. Alguns levantamentos adicionais apontaram que as escolas ensinam sobre a cultura afro-brasileira somente na semana da consciência negra e não acompanham índices de desempenho de estudantes por raça. As secretarias apontaram também dificuldades em transpor o ensino nos currículos e nos projetos.

A sociedade muitas vezes se auto atribui o rótulo de antirracista, mas na realidade o racismo apenas se adapta, com pessoas brancas usando estratégias diferentes para esconder seu preconceito, como alegar serem prejudicadas pelas cotas raciais nas faculdades (Martins, 2022). Bem como, não aceitar o conhecimento e implantar novas culturas aos padrões da sociedade.

2.3.3 Educação para igualdade de gênero

Em meados da década de 1970, até 1985 variados segmentos sociais, dentre eles trabalhadores, mulheres, comunidade negra, pessoas com deficiência e defensores dos direitos das crianças, se uniram a organizações mais influentes, impulsionando como um dos fatores para a Assembleia Nacional Constituinte, com foco nas mudanças para redemocratização. O embrião desse movimento se dá ao feminismo iniciado na década de 1970 com passeatas pelas ruas contra a violência culminou na década de 1980, através da Constituição de 1988, a igualdade de direitos entre homens e mulheres (Brabo, 2008).

A caracterização do movimento feminista é a busca pelo fim do sexismo, além da exploração sexista e opressão. Importante ressaltar que a sociedade foi formada com pensamentos e ações sexistas, resultando em mulheres que podem ser tão sexistas quanto os homens, isto é, o movimento feminista não se refere a mulher contra homem, mas substituições de pensamentos sexistas por pensamentos e ações feministas (Hooks, 2020).

Atualmente, movimento de alguns grupos sociais, através de meios de comunicação, publicidade e entretenimento, tem promovido discussões do papel da escola, seja entre professores, estudantes e até mesmo a sociedade, para questões de inclusão das minorias étnicas, raciais, pessoas com deficiência, diversidade, multiculturalismo entre outros. Porém, barreiras ainda são impostas pela sociedade conservadora que se opõe a proposta em educar pela diferença, principalmente relacionados a gênero e sexualidade (Dinis, 2008).

Por muitos anos no Brasil, temas como gênero, diversidade e sexualidade foram debatidos em boa parte por sociólogos e psicólogos, com um foco mais acentuado no comportamento do que na compreensão e inclusão. Somente a partir dos anos 90 é que os primeiros estudos começaram a abordar esses assuntos de maneira mais aprofundada e inclusiva. No entanto, houve a predominância do tema relacionando homem e mulher, excluindo outras temáticas como homossexualidade ou diversidade sexual (Dinis, 2008).

Apenas a revolução feminista não poderá resolver os problemas do mundo há outras questões a serem combatidas como o racismo, o elitismo e imperialismo. No entanto, a igualdade entre pessoas, é possível obter pessoas autorrealizadas, capazes de criar comunidade amorosa, ótima convivência, com a filosofia que todos são iguais (Hooks, 2020).

2.3.4 Consequências de barreiras na inclusão causando exclusão social e evasão dos alunos

A questão social está intrinsecamente ligada a fatores como pobreza, ausência de saneamento básico, nível educacional dos pais, presença de doenças na família, exposição à violência em regiões de conflito e o tráfico de drogas. A falta de acesso à informação é agravada pelo fato de que, muitas vezes, a escola é o único meio disponível para esses jovens. Esses elementos podem levar à redução da frequência escolar, chegando ao ponto do abandono educacional (Monteiro, Castelar, & Arruda, 2021).

Lidar com esses jovens requer uma abordagem atenciosa por parte das escolas e dos professores. Além de proporcionar uma educação de qualidade, é fundamental que a escola esteja consciente das questões sociais que afetam esses estudantes. Isso implica em oferecer apoio de maneira flexível e específica, considerando a realidade em que esses alunos de baixa renda vivem. A criação de um ambiente acolhedor que se adapte às necessidades dos estudantes é essencial para combater a evasão escolar (Monteiro, Castelar, & Arruda, 2021).

A ocorrência recorrente de evasão escolar tem impactos financeiros significativos tanto para as escolas quanto para a sociedade como um todo. Diante dessa realidade, estudos têm apontado para possíveis indicadores que podem contribuir para essa situação. Alguns desses indicadores incluem a faixa etária dos estudantes, incertezas em relação à escolha da área de estudo, bem como fatores institucionais como práticas de ensino em sala de aula, disponibilidade de recursos pedagógicos, incluindo tecnologias educacionais, a presença de programas de ensino desatualizados e a insuficiência de apoio acadêmico (Gambirage, Silva, Hein, Domingues, & Kroenke, 2021).

No contexto de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, a conclusão de formações acadêmicas completas é cada vez mais essencial. No entanto, muitos estudantes com formações incompletas podem resultar em vagas de trabalho sem candidatos qualificados para preenchê-las. Isso gera um problema social com consequências, incluindo desperdício de investimentos por parte das instituições de

ensino e do governo, falta de capacidade produtiva, prejuízos para a economia nacional e desaceleração de investimentos futuros (Silva & Pereira, 2021).

Questões sobre exclusão social vai além da sala de aula. Há obstáculos ligados a questões financeiras, como uniforme, lanche, dificuldades de locomoção e casos de pessoas que menstruam. Mesmo após superar desafios para chegar à escola e ingressar na sala de aula, esses estudantes podem enfrentar limitações na compreensão da matéria devido a deficiências no material didático, dificuldades de leitura e demais particularidades. Essa necessidade de atenção mais próxima pode resultar no isolamento dos demais estudantes, prejudicando a aprendizagem e a eficácia do ensino (Mello, 2010).

Pesquisa promovida pelo edital Gestão Escolar para Equidade – Juventude Negra – 2017, estudou a trajetória escolar e perspectivas quanto à conclusão do ensino médio, constataram que 15% dos alunos já haviam abandonado o curso no passado, sendo que 4% do total de alunos não possuem perspectiva de continuidade dos estudos após o ensino médio. 48% pretendem realizar um curso profissionalizante e somente 14% possuem planos de ingressar ao ensino superior (Silvério, Oliveira, & Rodrigues, 2019).

Para melhorar essa situação, diversas propostas podem ser implementadas, como adaptações nas estruturas arquitetônicas, adoção de novas metodologias para atender as especificidades das pessoas com deficiência e capacitação dos professores para questões de inclusão dentro de sala de aula. O estímulo ao uso de tecnologias assistivas e a criação de um ambiente empático para os estudantes no dia a dia da sala de aula são vitais. Existem exemplos práticos de ações realizadas por professores para alunos com deficiência, como tornar a escrita mais fácil ajustando o lápis, fixar o papel para evitar deslizamentos, ajustar encostos para proporcionar posturas melhores e facilitar o acesso à escrita. São pequenas ações que valorizam as habilidades dos estudantes e contribuem para melhorar sua qualidade de vida (Antunes & Amorim, 2020; Mello, 2010).

Com a preocupação na permanência dos estudantes do ensino médio, o projeto de lei n. 243 (2023), iniciativa do Senador Humberto Costa (PT-PE), foi aprovado pelo Senado no dia 18 de novembro de 2023, como o programa de incentivo à permanência de estudantes do ensino médio, mediante ao dinheiro do Fundo Social, na espécie de poupança de estudo aos estudantes. (Projeto de Lei n. 243, 2023).

3 Metodologia

3.1 Metodologia e tipo de pesquisa

A pesquisa realizada possui abordagem metodológica qualitativa, buscando compreender as questões de inclusão em sala de aula, pautada em experiência profissional, perspectivas e contextos envolvidos. A escolha do método práxis, surge como uma estratégia na integração entre teoria e prática, em busca de propostas para as problemáticas apresentadas nos temas envolvendo inclusão e diversidade. A abordagem proporcionará uma análise holística e contextualizada, em busca de padrões para contribuição da didática do ensino.

3.1.1 A escolha do método

O método teoria e prática (Praxis) introduzido por Antonio Sebastião Francesco Gramsci, filósofo italiano, não simpatizante a teorias positivistas e naturais, tinha o propósito em combater ideologias dominantes que não podiam ser questionadas. A separação entre o sujeito e objeto apresenta uma técnica de levantamento e entendimento dos fatos, que, de forma racional, busca novos meios e ações. (Inácio, Almeida, & Schlesener, 2018).

A teoria práxis surge como uma oportunidade para classes menos favorecidas como defesa de seu espaço na sociedade, com reflexos históricos, com ideologias pré-determinadas (Inácio, Almeida, & Schlesener, 2018).

3.2 A abordagem da pesquisa

A pesquisa tem como objetivo criar uma proposta de programa de aula direcionado a questões de inclusão e diversidade. O processo da pesquisa tem início com a autoetnográfica, considerando o pesquisador como participante social, criando um espaço liminar interseccional, discursivo e performativo, em busca de interações sociais, permitindo o levantamento de pontos e críticas conflitantes. (Personeau-Conway & Toyosaki, 2011).

A reflexão através da etnografia, formada por reflexividade, participação, narrativa e conexões, proporciona mensurar as próprias experiências como são vistas, como se comportam e como foram formadas. Deste modo, a práxis direcionada a questões

culturais, realiza um levantamento histórico comparado a considerações ético-morais. (Personeau-Conway & Toyosaki, 2011).

Com base na diversidade e complexidades sociais e culturais, a auto metodologia se torna a ferramenta mais apropriada para a reflexão e crítica, em busca da melhoria contínua, criando experiências compartilhadas entre os participantes, no caso estudantes, professores, instituições de ensino e sociedade. (Personeau-Conway & Toyosaki, 2011).

A implementação da metodologia práxis na construção da proposta de plano inclusivo vai além da adaptação de conteúdo. O plano é desenvolvido de maneira flexível, levando em consideração as necessidades específicas dos estudantes. Promovendo reflexão dos professores sobre suas práticas em sala de aula, aliado a participação dos alunos, em busca de estratégias pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade, promovendo um processo de aprendizagem enriquecedor e igualitário.

4 Referencial das estratégias didáticas

Tabela 1

Referencial das estratégias didáticas

	Atual	Inclusivo
Objetivos Educacionais	Ênfase na aquisição de conhecimentos teóricos e habilidades cognitivas e conhecimento individual.	Assegurar a inclusão escolar de todos os estudantes, com acolhimento a estudantes com especificidades orientando o sistema de ensino a garantir: acesso ao ensino, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino, ofertando atendimento educacional especializado (MEC, 2008).
Estratégias Pedagógicas	Métodos padronizados para retenção de informações.	Práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas com a teoria e a prática, garantindo aquisição de equipamentos e laboratórios com elaboração de materiais didáticos específicos (Plano Nacional de Educação, 2014) Planos estratégicos considerando as especificidades contextuais (Mello, 2010). Flexibilização nas formas que as informações são apresentadas de modo que os estudantes demonstrem seus conhecimentos e habilidades, demonstrando motivação e compreensão (Herebero, 2020).
Material Didático	Material impresso e recursos tradicionais como exposição de slides ou transcritos em lousa.	Disponibilização de recursos acessíveis, Bolsa tutoria, intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais), tecnologia assistiva, textos e letras ampliadas, textos em braile e adaptações dos materiais didáticos (Omote, 2016).
Avaliação	Foco em resultados acadêmicos com provas escritas e testes padronizados.	Desenvolver a autoavaliação e a reflexão, para que os estudantes entendam seu próprio progresso acadêmico, evitando a frustração e ansiedade (Herebero, 2020).

Continua

Conclusão

Atual		Inclusivo
Ambiente Físico	Salas de aula tradicionais, carteiras enfileiradas de frente para a lousa	Ambientes flexíveis e adaptáveis, com suportes físicos e tecnológicos para garantir a acessibilidade de todos, incluindo rampas, mobiliário ajustável, dispositivos de auxílio, salas de aula circular, proporcionando comunicação e interação. (Omote, 2016; MEC, 2008)
Envolvimento Pais e Comunidade	Comunicação de relatórios acadêmicos	Criar formas de participação das comunidades escolares na construção dos planos estratégicos de ação para tornar as escolas inclusivas além de utilizar os recursos da escola (Mello, 2010).
Formação de Professores	Foco em métodos tradicionais de ensino.	Locais de formação para professores, onde possam expressar seus temores e ao mesmo tempo aprender a criar estratégias para abordar em sala de aula e o currículo multiculturais (Hooks, 2013) Programas de capacitação dos professores dentro da realidade das escolas e na sala de aula (Mello, 2010).
Cultura Escolar	Competição hierárquica acadêmica.	Criação de um ambiente acolhedor para todos, com a finalidade de evolução dos estudantes e participação de todos em sala de aula. celebrando a diversidade, incentivando a empatia e respeito mútuo (Hooks, 2013). Proporcionar modos múltiplos de implicação, engajamento e envolvimento (Heredero, 2020).
Apoio Individualizado	Recursos limitados a pessoas com necessidades especiais.	Alunos que possuam especificidades que envolvam todas as diversidades, devem receber uma complementação pedagógica do Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio de suporte do professor especialista, em uma sala de recursos, no turno inverso a sua escolarização. (Política Nacional de Educação Especial, 2008). Reduzir barreiras na forma de ensinar, proporcionar adaptações, apoios/ajudas e desafios apropriados (Heredero, 2020).

4.1 Indicadores para inclusão (Manual de Apoio Inclusivo, 2018)

Tabela 2

Indicadores para inclusão

Dimensão A - Criação de Culturas Inclusivas
Todos estudantes se sentem acolhidos
Há colaboração entre professores e alunos onde há respeito mútuo
Instituição, Professores, Comunidades e Pais trabalham em parceria
Direção e Professores possuem boa interação e comunicação
A comunidade tem participação com a escola
A filosofia de inclusão é clara e compartilham do mesmo pensamento
Existem igualdade entre os estudantes com respeito a diversidade
A Instituição e Professores buscam a identificação e eliminação de possíveis barreiras
A Instituição busca eliminação de qualquer tipo de discriminação
Dimensão B - Criação de Políticas Inclusivas
A Instituição busca integrar novos professores apresentando as culturas inclusivas
Estudantes são matriculados independentes de sua área geográfica
A Instituição é atenta a estrutura acessível a todos os estudantes com suas especificidades
Estudantes calouros são acolhidos pelos estudantes veteranos onde apresentam valorização a todos
Há um modelo de apoio a ser aprendido e seguido por todos
Ações de formulação ajudam professores a responder à diversidade dos estudantes
A Instituição procura minimizar exclusão de alunos por motivos disciplinares
A Instituição busca identificar e eliminar possíveis barreiras que possam impedir a frequência escolar
A Instituição educa e transforma, conscientizando os estudantes contra a violência escolar
Dimensão C - Promoção de Práticas inclusivas
As aulas são planejadas para aprendizagem de todos os estudantes com atenção a diversidades
Estudantes são encorajados a participarem das aulas com perguntas e respostas
As aulas promovem a compreensão da diferença, estimulando o compartilhamento de todos
Estudantes são ativamente envolvidos na sua própria aprendizagem e de forma colaborativa
A avaliação promove a aprendizagem e não a reprovação
A disciplina em sala de aula é cativada pelo respeito mútuo
Os professores planificam, ensinam e avaliam em parceria
Estudantes são motivados a participarem de atividades fora de sala de aula
A diversidade dos alunos é utilizada como recursos para o ensino e aprendizagem
Os professores se unificam para desenvolver recursos de apoio a aprendizagem e a participação
Os recursos da comunidade são conhecidos e utilizados
Os recursos da escola são distribuídos de forma justa para que possam apoiar a inclusão

4.2 Valorização da Diversidade (DUA e Manual de Apoio Inclusivo, 2018).

O ensino inclusivo é caracterizado na valorização da diversidade, eliminando qualquer tipo de preconceito ou discriminação (gênero, orientação sexual, questões

sociais, deficiência, modelo familiar, aspecto físico e etc.), que por vezes, está enraizado nas atitudes da comunidade e, até nos próprios conteúdos pedagógicos (textos de manuais escolares, literatura infanto-juvenil, software pedagógico e etc.).

Seguem abaixo características de diversidade que devem ser valorizadas:

Tabela 3

Características de diversidade

Gênero / Sexualidade
Homens, mulheres, Pessoas LGBTQI+ refletem as mesmas características de Liderança
Inteligência, coragem e imaginação.
Homens, mulheres, Pessoas LGBTQI+ são personagens centrais.
Não há diferenciação de profissões das personagens entre as pessoas.
Ausência de linguagens estereotipada.
Documentos biográficos ou históricos incluem referências aos contributos.
Sempre que possível é utilizada uma linguagem neutra, no que se refere ao gênero.
Multiculturalidade
Existe um equilíbrio multicultural respeitando as personagens centrais.
As minorias também são apresentadas como personagens e exemplos centrais.
A minorias são apresentadas numa diversidade de estilos de vida em papéis de liderança.
Promoção de variedades de perspectivas multiculturais.
Ausência de vocabulários racistas.
Ausência de linguagem estereotipada.
Documentos biográficos e históricos incluem grupos minoritários, as suas descobertas culturas e contributos para a sociedade.
Todas as religiões são respeitadas e equitativas, evitando generalizações.
Pessoas com ou sem deficiência
Possuem qualidades de caráter com liderança, coragem e integridade.
São representadas como personagens centrais.
Pessoas com ou sem deficiência não há diferenciação entre profissões.
São representados a trabalhar, brincar enquanto colegas.
São referidas por seus nomes e não por suas especificidades.
Documentos biográficos e históricos incluem os contributos para a sociedade de pessoas com ou sem deficiência.
Estatuto Socioeconômico
Pessoas de diferentes grupos sociais são retratadas em diversos papéis (positivos e negativos) e situações revelando características de integridade, humildade e inteligência.
Ausência de generalizações sobre classes sociais.
Pessoas julgadas por seu caráter e não por classe social.

Continua

Famílias

Além do modelo tradicional de família, adotar exemplos de pais solteiros, filhos adotados, padrastos e madrastas, pais do mesmo sexo e parentes que vivem com a família.

Variedade de experiências de vida.

Variedade de vestuário, hábitos alimentares, atividades e crenças.

Homens e mulheres representados em papéis tradicionais e não tradicionais.

4.3 Modelo de Plano de Ensino

Curso Técnico:

Componente Curricular:

Série e Turma:

Professor:

Competências

Conhecimento sobre a diversidade

Valorização da diversidade: origem étnica, diferentes níveis de habilidade de aprendizado, gênero e orientação sexual (Omote, 2016). Abordar a diversidade dos estudantes e promover a colaboração entre eles (Galery, 2017).

Avaliação das especificidades

Busca do encorajamento e participação dos alunos de forma equitativa, eliminando pensamentos de inferioridade. Promovendo a pedagogia transformadora (Hooks, 2013).

Flexibilidade de Ensino

Flexibilização nas formas que as informações são apresentadas de modo que os estudantes demonstrem seus conhecimentos e habilidades, demonstrando motivação e compreensão (Heredero, 2020).

Comunicação clara, acessível e inclusiva

Fornece várias opções para linguagem, expressões matemáticas e símbolos velocidade e volume da fala, linguagem de sinais, exemplos de questões sociais linguagem neutra (DUA).

Proporcionar modalidades alternativas para que os estudantes possam interagir com colegas, expressando seus conhecimentos, ideias e conceitos (DUA).

Tecnologia Assistiva

Textos e letras ampliadas, textos em braille e adaptações dos materiais didáticos, materiais áudio e vídeo (Omote, 2016).

Habilidades

Empatia, colaboração e ambiente participativo

Criação de um ambiente acolhedor, participação de todos em sala de aula, celebrando a diversidade, incentivando a empatia e respeito mútuo (Hooks, 2013).
Enfatizar a convivência diária com os demais estudantes estabelecendo regularidade na interação e participação (Mendes, 2020).

Adaptação de materiais

Recursos pedagógicos adaptados, como textos e letras ampliadas, textos em braille e adaptações dos materiais didáticos, materiais áudio e vídeo (Omote, 2016).

Conteúdos programáticos

Promoção de currículos e discussões multiculturais (Hooks, 2013)

Diversidade de Perspectiva de experiências

A valorização da experiência extraescolar, reconhecendo e incorporando a riqueza das vivências individuais e comunitárias dos estudantes em suas jornadas educacionais. (Diversa, [201?]).

Contextualização

Complementar informações com outras formas de apresentações
Conceitos com imagens e ilustrações, tabela, vídeo, fotografia, áudio (DUA).

Histórias e narrativas de minorias

Interligando as multiculturas trabalhando a originalidade, criatividade e diversidade, compartilhando ensinamentos (Unesco, 2002).

Estratégias multissensoriais

Oferecer opções diferentes para a percepção:
Informações por meio de diferentes modalidades visão, audição e tátil
Informações em formato de que sejam ajustados (ampliação de texto, imagens ou sons. (DUA)

Avaliação

Flexibilidade de Avaliação

Variedade de métodos e materiais para mensurar o conhecimento, habilidades e motivação. (DUA)
Avaliações voltadas para diversidade de aprendizagem dos alunos, com tempo de execução, participação, pensamento crítico, discussões e autoavaliação (Heredero, 2020).

5 Discussão dos Resultados

A pesquisa apresentou a análise dos desafios da pedagogia vigente na promoção da inclusão no ensino. O confronto se inicia antes do ingresso dos estudantes na instituição, devido a fatores socioeconômicos, acessibilidade, evasão, racismo,

preconceitos e etc., evoluindo para a dificuldade da permanência e conclusão do curso após o ingresso.

Considerando as questões de ingresso do estudante ser, de certa forma, um papel social, evidencia-se a complexidade e a urgência em repensar as práticas educacionais com a finalidade em manter os estudantes nas escolas até sua formação. A abordagem se dá na educação inclusiva, considerando a diversidade dos alunos e suas especificidades, sendo fundamental para o desenvolvimento de um ambiente escolar mais igualitário e acolhedor.

As barreiras de inclusão no Brasil nunca tiveram sua devida atenção, sendo colocado em pauta após a Constituição de 1988 e tem ganhado força com o passar dos anos. Barreiras como racismo, desigualdades, falta de acessibilidades, tipos de avaliações de desempenho gerais, são impactantes para a vida acadêmica e pessoal do estudante e é preciso ações concretas para superá-las, se pensarmos em uma educação que respeite e valorize as diferenças.

Nesse contexto, a proposta de um programa de aula surge como uma ferramenta estratégica para transformar a pedagogia vigente. Este programa é pautado na singularidade de cada estudante, na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e na desconstrução de estereótipos e preconceitos. O programa tem a finalidade em atender as demandas da sociedade contemporânea, construindo um futuro respeitoso, onde os estudantes têm a chance em desenvolver plenamente seu potencial.

Referências

- Almeida, S. L. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen.
- Antunes, K. C. V. & Amorim, C. C. (2020). Os desafios da docência no ensino superior frente a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(n. esp. 2), 1465-1481. doi: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp2.13800>
- Bianchi, V. A., Lepre, R. M., & Campanharo A.S (2023). A inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). Scielo prepints, <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5565>
- Brabo, T. S. A. M. (2008). Educação e democracia: O papel do movimento feminista para a igualdade de gênero na escola. *Ex Aequo*, 17, 155-165. Recuperado de <https://scielo.pt/pdf/aeq/n17/n17a10.pdf>
- Bulgarelli, R. (2022). *Diversos somos todos: Valorização, promoção e gestão da diversidade nas organizações*. São Paulo: Ed. Aberje.

- Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. (2006). *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%2C%20adotada,e%20para%20seu%20p%C3%ABablico%20destinat%C3%A1rio.
- Costa, A. L. & Picanço, F. (2020). Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no ensino superior. Dossiê raça, desigualdades e políticas de inclusão. *Novo Estudo CEBRAP*, 39(2), 281-306. doi.org/10.25091/s01013300202000020003.
- Crochik, J. L. (2011). Preconceito e inclusão. *Revista do Instituto Cultural Judaico March Chagal*, 3(1), 33-42. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/22359>
- Dalton, E.M., Lyner-Cleophas, M., Ferguson, B.T. & McKenzie, J. (2019). Inclusion, universal design and universal design for learning in higher education: South Africa and the United States. *African Journal of Disability*, 8(0) 2-7. Recuperado de <https://ajod.org/index.php/ajod/article/view/519>
- Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. R. dos (2009). Deficiência, direitos humanos e justiça. *Rev. Internacional de Direitos Humanos*, 6(11), <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>
- Dinis, N. F. (2008). Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educ. Soc.* 29(103). <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000200009>
- Diversa [201?]. O que é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)?. Recuperado de <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-a-lei-brasileira-de-inclusao-lbi/>
- Francisco, W. E., Jr. (2008). Educação anti-racista: Reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. *Revista Ciência & Educação*, 14(3), 397-416. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000300003>
- Franco, L. G., & Munford, D. (2023). Gênero nas aulas de ciências: Uma análise da aprendizagem conceitual. *Educação em revista*, 39. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0102-469839220>
- Galery, A. (2017). *A escola para todos e para cada um*. São Paulo: Ed. Summus.
- Gambirage, C., Silva, J. C., Hein, N., Domingues, M. J. C. de S., & Kroenke, A. (2021). Entre razões e emoções da evasão universitária, o contexto importa? Uma análise das instituições comunitárias catarinenses. *Revista Internacional de Desenvolvimento Social*, 22(3), 715-730. doi: <https://doi.org/10.20435/inter.v22i3.2881>
- Gomes, I. (2023). Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012->

agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda

- Gomes, N. L. (2003). Cultura negra e educação. *Revista brasileira de educação*, (23). <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006>
- Gomes, N. L. (2011). Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista brasileira de política e administração da educação*, 27(1), 109-121. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971>
- Herederero, E. S. (2020). Diretrizes para o desenho universal para a aprendizagem (DUA). Revisão de literatura; *Revista Brasileira Edu. Espec.* 26(4). <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155>.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade*. Tradução M. B. Cipolla. São Paulo: Ed. WMF, Martins Fontes.
- Hooks, B. (2020). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Tradução Bhuvi Libanio. (13a ed.). Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos.
- Inacio, A. A., Almeida, T. M. G., & Schlesener, A. H. (2018). Observações sobre método, teoria política e educação em Antonio Gramsci. *Revista Katalysis*, 21(1). <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n1p210>.
- Instituto Alana (2023). Lei 10.639 sobre ensino de história e cultura afro-brasileira não é cumprida em 71% dos municípios brasileiros, aponta pesquisa de Geledés e Instituto Alana. Recuperado de <https://alana.org.br/lei-10639-ensino/>
- Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social [202?]. *Evolução e intensidade do abandono e da evasão escolar: Uma análise a partir dos dados do Censo Escolar*. Recuperado de <https://imdsbrasil.org/abandono-e-evasao/evolucao-e-intensidade-do-abandono-e-da-evasao-escolar-uma-analise-a-partir-dos-dados-do-censo-escolar>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015). Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base – Brasília, DF: Inep. Recuperado de <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/plano-nacional-de-educacao-pne-2014-2024-linha-de-base>
- Kamensky, A. P. S. & Sebe, J. C. (2016a). *Diários e experiências - relações étnico-raciais: vivências e histórias de vidas na educação básica*. São Paulo: Ed. Pontocom.
- Kamensky, A. P. S. & Sebe, J. C. (2016b). *Diários e experiências - sexualidades: vivências e histórias de vidas na educação básica*. São Paulo: Ed. Pontocom.
- Kamensky, A. P. S. & Sebe, J. C. (2016c). *Diários e experiências – gênero: vivências e histórias de vidas na educação básica*. São Paulo: Ed. Pontocom.

Kamensky, A. P. dos S. O., Waks, J., Conchão, S., & Silva, Zilda B. da. (2016d). *Diários e experiências – Direitos Humanos, Gênero e Diversidade na Escola - Políticas e Direitos*. São Paulo: Ed. Pontocom.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado de https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei_diretrizes.pdf.

Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alter%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

Lei n. 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Recuperado de https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm

Louro, G. L. (1995). Gênero, história e educação: Construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, 20(2), 101-132. Recuperado de: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71722>

Mallmann, F. M., Conto, J., Bagarollo, M. F., & França, D. M. V. R. (2014). A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores. *Revista Bras. Ed. Esp.*, 20(1), 131-146. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000100010>

Martins, A. R. N. (2022). Racismo reverso: A construção de uma narrativa de esquiva. Universidade de Brasília (UnB), núcleo de estudo de linguagem e sociedade, Signótica. DOI: 10.5216/sig.v34.e68851

- Mendes, R. H. (2020). *Educação inclusiva na prática*. São Paulo: Fundação Santillana, Moderna.
- Mello, A. G. (2010). Políticas públicas de educação inclusiva: oferta de tecnologia assistiva para estudantes com deficiência. *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais*, 8(1), 68-92. Recuperado de <https://anis.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Políticas-publicas-de-educacao-inclusiva-oferta-de-tecnologia-assistiva-para-estudantes-com-deficiencia-2010.pdf>
- Monteiro, V. B., Castelar, P. U. C., & Arruda, E. F. (2021). O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar no município de Fortaleza (CE) 2012. *Educação em debate*, 43(84). Recuperado de <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58993>
- Monteiro, V. B. & Martins, J. W. (2022). Causas da evasão escolar no ensino médio e ensino superior: Qual a interseção? *RECIMA 21 - Revista Científica Multidisciplinar*. doi: <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i3.1203>
- Omote, S. (2016). Atitudes em relação à inclusão no ensino superior. *Journal of research in special educational needs*, 16(1), 211-215. doi: 10.1111/1471-3802.12283
- Pena, S. D. J. (2005). Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Biológicas agosto de 2005 <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000200006>
- Personeau-Conway, S. L. & Toyosaki, S. (2011). Automethodology: Tracing a home for praxis-oriented ethnography. *International journal of qualitative methods*. <https://doi.org/10.1177/160940691101000406>
- Plano Nacional de Educação* (2014). Lei n. 13.005/2014. Recuperado de <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>
- Projeto de Lei n. 243, de 2023*. Dispõe sobre as despesas voltadas a programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio. Recuperado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161130>
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008). Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>
- Santos, T. & Hostins, R. C. L. (2015). Política nacional para a inclusão no ensino superior: Uma revisão da legislação. *UNOPAR Revista Científica de Ciências Humanas Educacionais*, 16(3), 194-200.
- Silva, E. C. R. & Pereira, T. F. (2021). Evasão escolar no ensino público superior: Uma revisão sistemática da literatura. *Brazilian Journal of Development*, 7(6), 62316-62330. Doi: 10.34117/bjdv7n6-555

Silvério, V. R., Oliveira, F. L., & Rodrigues, T. C. (2019). *Equidade Racial: Reflexões acerca da gestão escolar no ensino médio*. São Paulo: Ed. Intermeios.

Scotts, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>

UNESCO (2002). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Recuperado de <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>

Wolff, C. S. & Saldanha, R. A. (2015). Gênero, sexo, sexualidades: Categoria do debate contemporâneo. *Revista Retratos da Escola, Brasília*, 9(16), 29-46.